

A terceira cultura



ECOLOGIA

Viriato Soromenho-Marques

A pesar de a ideia de um governo de “emergência nacional” ser compreensível, em face do fracasso superlativo do atual governo perante a pandemia, a verdade é que os seus pressupostos não prometem um remédio melhor do que a doença que pretende remediar. Pedir ao Presidente a iniciativa e patrocínio de uma tal proposta pode significar duas coisas, nenhuma delas recomendáveis. A primeira é ignorância. Não se pode pedir ao Presidente que vá contra uma Constituição que em 1982 viu os poderes presidenciais serem profundamente revistos. Nem se pode exigir a Marcelo Presidente que vá contra o Marcelo constitucionalista, favorável a essa redução das competências do cargo de que agora é titular.

A outra hipótese justificativa desta mudança emergencial do governo ainda me parece pior. Evoca o sinistro triunfo da doutrina do decisionismo de Carl Schmitt (1888-1985), cujo pensamento foi a chave para perceber como foi possível Hitler conseguir criar – na sombra do “estado de exceção” – a sua ditadura de extermínio sem abolir a Constituição de Weimar. O mais provável é o governo demitir-se,

depois de terminada a nossa obrigatória e infeliz presidência europeia, para tentar ganhar de novo as eleições, tendo em vista o também calamitoso estado da oposição. Quando um regime, em vez de se reformar para seguir em frente, o que prefere é cavar uma trincheira defensiva, isso significa que está próximo do fim. A III República está a aproximar-se do ano 1926, da I República, ou do ano 1974, da II República. Talvez o Presidente Marcelo, até pelo seu raro conhecimento não só do Direito, mas da cultura política portuguesa possa ajudar a que à beira do

Outra tarefa urgente consiste em proteger o país contra o risco de pilhagem dos nossos recursos naturais, que a conta pesada da pandemia vai tornar tentadora



“Não se pode pedir ao Presidente que vá contra uma Constituição, nem exigir a Marcelo Presidente que vá contra o Marcelo constitucionalista”

abismo os donos do “sistema” não se empurrem uns aos outros para a frente.

Marcelo tem o dever de colocar ordem na gestão da pandemia, acabando com as insólitas opiniões científicas que o chefe do Governo, às vezes, não se coíbe de emitir. As reuniões do Infarmed já estão esgotadas. Precisamos, como Carlos Fiolhais avisadamente escreveu no *Público* (04 02 2021), de uma autoridade científica, independente e multidisciplinar, que comunique ao governo pareceres, obtidos após um debate entre pares, com liberdade e reserva. Depois o

governo decidirá como lhe compete, mas sem invocar a ciência conforme o seu capricho e conveniência.

Outra tarefa urgente consiste em proteger o país contra o risco de pilhagem dos nossos recursos naturais, que a conta pesada da pandemia vai tornar tentadora para os intermediários em posições de mando. Nem um hectare de solo agrícola e de áreas protegidas deve ser sacrificado para minas de lítio, agricultura intensiva, aeroportos inúteis, ou florestação intensiva de monoculturas.

Mas, talvez, até estes exercícios que se pedem ao recém (re)eleito Presidente sejam excessivos para os limites da cultura política da III República. A I República foi dominada pela cultura da violência e da crispação. O resultado foi um estado de guerra civil de baixa intensidade que se arrastou 16 anos. A II República, foi dominada pelo reforço da autoridade pessoal do chefe do executivo, através não apenas do reforço da capacidade repressiva do Estado, mas também pela transformação da apatia cívica numa virtude patriótica. A incapacidade de enfrentar o desafio colonial sem ser pela guerra, ditou o seu desfecho.

A III República teve sucesso no combate tanto à violência das facções como à violência do Estado sobre os cidadãos. Contudo foi sempre dominada por um primado do princípio do prazer sobre o da realidade. O modo como entrámos na Comunidade Europeia, numa euforia incondicional, como uma velha nação que se pretende reformar na abundância, é disso a confirmação caricatural que nem a pandemia abalou (depois da primeira vaga só se falou da “bazuca” europeia). O problema é que o mundo está a entrar no grande outono da emergência ambiental e climática. Num tempo onde só sobrevive quem está pronto a aceitar e a viver dentro dos ditames do princípio da realidade. Governar nestas condições não parece gerar muitas vocações, e ainda menos entusiasmos. JM.